



COLETIVO NACIONAL PETROLEIROS SOCIALISTAS - CONTRIBUIÇÃO AOS CONGRESSOS - ABRIL/JULHO 2023

DERROTAMOS BOLSONARO NAS URNAS E SEGUIREMOS COMBATENDO A ULTRADIREITA AGORA É HORA DE RETOMAR ATIVOS E RECUPERAR DIREITOS!

Desde o início do ano, nos reunimos com o presidente da Petrobrás, Alta Administração e RH e, agora, no início de maio, estabelecemos 10 "Grupos de Trabalho" temáticos com a empresa, uma negociação que precede a campanha do ACT. Também no próximo período, até julho, acontecem os congressos dos sindicatos e da FNP, que discutirão a pauta e a estratégia da campanha.

O novo presidente da Petrobrás utiliza bem seus canais de comunicação com a promessa de mudanças, diálogo e respeito aos trabalhadores. Apesar de Prates ter feito a vida na iniciativa privada com opiniões e perfil "de mercado", uma parcela da categoria confia que está tudo resolvido, que agora é só uma questão de tempo para a Petrobrás dos sonhos virar realidade.

O alívio pós-Bolsonaro e as promessas de campanha de Lula alimentam a expectativa de que o novo governo atenda às demandas dos trabalhadores e opere reformas estruturantes.

Não é assim na Companhia, não é assim no país. Qualquer conquista só virá com muita mobilização.

Por outro lado, os "cidadãos de bem", defensores da superexploração e opressão despudoradas, se recusam a voltar para o esgoto e por isso nosso combate à ultradireita tem que ser diário, impiedoso e incansável.

O que podemos esperar do atual governo?

Lula foi eleito por uma frente muito ampla, composta em parte por setores dos movimentos sociais e se sustentando no apoio de setores da burguesia nacional e internacional e no compromisso destes interesses.

Em nome de tais alianças, Lula já sinalizou que não deverá atender a uma das demandas mais urgentes dos trabalhadores: a revogação integral de todas as reformas.

A edição do Arcabouço Fiscal, a não revogação da Reforma Trabalhista de Temer, a nomeação dos ministros e o tratamento dado aos militares golpistas, para citar apenas quatro exemplos, trazem à tona a amplitude do compromisso do governo da Frente Ampla Lula-Alckmin com amplos setores da classe dominante.

Na Petrobrás, a mudança de postura da empresa, favorecendo o diálogo, sem dúvida ajudará a elaborar propostas e estabelecer diferenças, mas a nova gestão já deveria ter avançado ou ao menos dado mais nitidez sobre alguns pontos nevrálgicos:

- recuperação dos ativos - refinarias, fábricas, dutos, distribuidora... vai contando até 200 bil!
- preço dos combustíveis (*vide verso*)
- PED, Petros, AMS;
- retorno dos transferidos a suas regiões;
- recomposição de efetivo;
- remoção e investigação dos gerentes bolsonaristas, privatistas, assediadores
- o PPP imoral;
- anulação de punições e demissões;
- novo plano de carreira, etc

Algumas medidas foram importantes, como o anúncio de continuidade da Petrobrás nas regiões que estavam sendo abandonadas, porém:

- não garantiram o retorno do pessoal,
- não serão retomados os campos do nordeste entregues e
- as plataformas de SE/AL serão afretadas.

A HORA É ESTA!

Se, sob um governo de ultradireita, protagonizamos importantes greves e assembleias massivas, agora temos que nos energizar com o resultado das urnas. É preciso transformar as expectativas em mobilização para reconquistar direitos, renda e condições de trabalho saudáveis na Petrobrás para homens e mulheres, ativos e aposentados, próprios e terceirizados, administrativo e operacional.



Temos - principalmente os aposentados - amargado perdas há muitos e muitos anos, não só do recém defenestrado governo facínora, como dos anteriores.

FHC quebrou o monopólio e realizou leilões; Lula fez outros tantos e terceirizou horrores, em que pese os concursos, que começaram com FHC; Dilma leiloou Libra e, com Bendine, estabeleceu a paridade com os preços internacionais e lançou o Plano de Desinvestimento que Temer soube levar adiante com o PPI e que Bolsonaro elevou à 10a potência ilegal e vorazmente até o último segundo do mandato.

Derrotamos o Bozo, mas elegemos uma Frente Ampla com um programa e composição pra lá de questionável. Na política, quando se governa para dois senhores, está se governando para o mais forte. No caso, a classe dominante, o capital financeiro, o imperialismo.

Para conquistar a Petrobrás que o povo merece, vamos precisar de muita mobilização, com independência de classe e unidade na luta para enfrentar os interesses dos diferentes governos e patrões e do capital internacional.

. Todo o petróleo e gás para uma Petrobrás 100% estatal e pública, sob controle dos trabalhadores.

. Contra o Arcabouço Fiscal! Aumento expressivo do investimento nos serviços de saúde, educação e nas demais políticas sociais.

. Revogação das reformas trabalhista e da previdência

. Sem anistia - prisão para os golpistas!

Retomar os ativos “doados” e construir a Petrobrás que o Brasil merece - volta do monopólio para uma Petrobrás 100% estatal e pública, do poço ao poste, presente em todas as regiões do país, indutora do desenvolvimento econômico e da transição energética (a partir da reinversão de seu lucro), sob controle dos trabalhadores.

Escalonar e acelerar os concursos para todos os cargos. Contratação massiva e aproveitamento da mão-de-obra qualificada e experiente visando ao fim da terceirização. Reformulação imediata dos contratos atuais para dar dignidade e segurança aos terceirizados.

Por outro lado, não podemos ver os 100, 200, 300 dias passarem e nossas expectativas não serem atendidas. Lula/Prates têm que vir a público, com transparência, anunciar as medidas completas e imediatas para retomar, recuperar, reconstruir, reestatizar e democratizar a Petrobrás, assim como uma nova política de preços dos combustíveis que leve em conta preponderantemente seus custos de produção.

Reformulação completa da hierarquia, com participação deliberativa dos empregados e da sociedade.

Sem anistia! Perda da função imediata e responsabilização individual, no caso de atos lesivos aos empregados, à empresa ou ao patrimônio do povo brasileiro, de todos os gerentes bolsonaristas, assediadores e privatistas.

Reestatização da Petrobrás, retomada dos ativos, retorno de todos os trabalhadores para suas cidades, reparações históricas de companheiros(as) punidos e demitidos, desvinculação dos combustíveis dos preços internacionais.

FIM DO PPI PRECISA VIR COM REVERSÃO DE PRIVATIZAÇÕES, INVESTIMENTOS E PETROBRAS 100% ESTATAL

“O Brasil é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, refina boa parte do petróleo, com custos de produção nacionais, tem mão de obra altamente especializada e tecnologia. Portanto, tem todas as condições para fornecer combustíveis com os menores custos possíveis e fortalecer a indústria e a soberania nacional.

“Não está claro como será a aplicação efetiva da política de reajustes da empresa. Se a lógica da Petrobras seguir sendo garantir superlucros aos acionistas, não haverá mudança de fato.

“O GLP, um dos maiores dramas da família brasileira, não foi incluído nesta mudança e continua vendido acima do PPI! As reduções anunciadas não têm a ver com a “nova estratégia comercial” e não sabemos como o reajuste se dará nos postos. O Diesel segue com preços próximos ao PPI.

“Além disso, Bahia e Amazonas, com as refinarias privadas, não são abrangidas pela nova “estratégia”.

“Junto com o fim do PPI é preciso reverter as privatizações já realizadas, como da BR Distribuidora, da Liquigás e refinarias; bem como garantir um forte plano de investimentos, que permita, por exemplo, utilizar toda a capacidade de refino no país; por fim à terceirização e à política de dividendos astronômicos aos acionistas e, acima de tudo, fortalecer uma Petrobras 100% estatal e sob controle dos trabalhadores.

Leia artigo completo:
<https://bit.ly/45hFHUE>





ORGANIZAR AS MULHERES TRABALHADORAS PARA ENFRENTAR O MACHISMO E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

Machistas e misóginos - NÃO PASSARÃO!

Iniciamos o ano de 2023 com um sentimento de alívio pela derrota de Bolsonaro nas eleições presidenciais. Em especial nós, mulheres trabalhadoras, que sofremos muitos ataques e vimos crescer os discursos reacionários da ultra-direita, machistas e misóginos.

O que podemos esperar do atual governo?

Um exemplo do caráter do governo, que já comentamos, é a escolha de Simone Tebet, que é uma defensora da reforma trabalhista, como ministra do Planejamento e Orçamento ou a manutenção de bolsonaristas no governo e nas gerências da Petrobrás. Lula também já sinalizou que não deverá atender a uma das principais demandas das mulheres trabalhadoras: a revogação integral das reformas.

Se, por um lado, o governo federal revogou algumas portarias que dificultam o acesso ao aborto legal e retirou o Brasil do Consenso de Genebra a ministra Cida Gonçalves declarou que a pauta sobre a legalização do aborto não é prioridade e que cabe a este Congresso reacionário legislar sobre o tema.

A exemplo da luta das argentinas, nossa pauta só será garantida com unidade e independência de classe!

Mobilizar petroleiras e petroleiros na luta por:

- **Combate ao assédio e violência moral e sexual**
- **Atendimento, de qualidade, às vítimas de violência doméstica para acolher, proteger e auxiliar as mulheres em todas as dimensões**
- **Acesso à creche para todas as crianças**
- **Aumento expressivo do investimento nos serviços de saúde, educação e nas demais políticas sociais**
- **Salário igual para trabalho igual**
- **Emprego, salário e moradia**
- **Socialização do trabalho doméstico**
- **Contra o Arcabouço Fiscal!**
- **Revogação das reformas trabalhista e da previdência**
- **Educação sexual e acesso a contraceptivos para prevenir, aborto legal e seguro para não morrer**

ASSÉDIO SEXUAL - os recentes eventos na Petrobrás demonstraram o grau de opressão e exploração das petroleiras, destacando-se a situação das companheiras terceirizadas e a dimensão racista da opressão, o cotidiano das mulheres na Petrobrás e a negligência com que esse tema foi tratado ao longo dos anos.

O governo aprovou um projeto de combate ao assédio sexual nos órgãos públicos, mas as privatizações continuam e nos deixam mais vulneráveis.

Essa realidade reforça que a luta contra as opressões é uma luta fundamental da nossa categoria como um todo, ou seja, esta luta precisa ser de todas(os) petroleiras(os)! E, mais ainda, o que nos une - independente do seu gênero, raça/etnia, orientação sexual ou identidade de gênero - é a nossa classe, o fato de sermos todos trabalhadores e estarmos todos sob o jugo da exploração capitalista. Para as socialistas, a opressão das mulheres se combate também a partir de uma visão das classes sociais.



Para além do identitarismo

Algumas organizações feministas têm uma concepção policlassista e reformista, que percebem as opressões unicamente a partir da identidade de gênero e se limitam a pleitear reformas no campo da democracia burguesa.

Obviamente, os direitos democráticos e imediatos significam conquistas contra a opressão. Mas é preciso ser consciente que essas concessões serão parciais e retiradas na primeira crise.

Por isso, o caminho para o fim das opressões implica na alteração radical das relações de classe. Só uma mudança radical no regime político e nas condições econômicas dos setores oprimidos pode tornar essas transformações sustentáveis, acabando de fato com as opressões. Isso significa que nossa libertação é a libertação de toda a classe trabalhadora.

Se, no socialismo, também será necessária a luta contra as opressões e teremos terreno mais fértil para isso, já que um dos pilares do socialismo é a não opressão, é também inquestionável que não daremos fim às opressões por meio de concessões no interior do capitalismo.



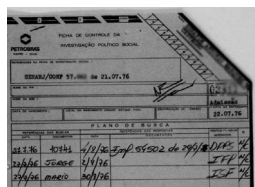
UNIFICAR E FORTALECER AS LUTAS: VEM AÍ O 5º CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS

O 5º Congresso da CSP-Conlutas será nos dias 7, 8, 9 e 10 de setembro deste ano em São Paulo, num momento de particular importância da luta das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, quando é necessário reafirmar a relevância do classismo, independência de governos e patrões, democracia e internacionalismo.

Diversidade e luta de classes

O Congresso visa privilegiar o fortalecimento da organização de base e efetivar a integração entre categorias e movimentos, além de aprovar políticas específicas para a atuação da Central.

Metalúrgicos, siderúrgicos, trabalhadores dos Correios, operários da construção civil, trabalhadores e trabalhadoras da saúde e educação públicas, petroleiros, químicos, bancários, funcionalismo das três esferas, trabalhadores rurais, os que lutam por reforma agrária e moradia, contra as opressões, povos indígenas, desempregados, aposentados e aposentadas e juventude. Diversas são as temáticas e categorias representadas.



PROJETO DESVELA VIOLAÇÕES DE DIREITO NA PETROBRAS DURANTE A DITADURA

O Projeto "Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura" do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF|Unifesp) visa levantar informações, testemunhos e análises sobre a cumplicidade e a responsabilidade de empresas, nacionais ou estrangeiras, nas graves violações de direitos ocorridas durante a Ditadura (1964-1985).

Seu escopo temporal, relacionado ao regime autoritário, se junta ao recorte espacial e prático dos crimes cometidos seja nas empresas, bem como no suporte e financiamento às ações repressivas coordenadas pelo Estado.

O processo repressivo inclui a coleta e a transmissão de informações sobre a atividade sindical de trabalhadores, o aporte logístico e material aos aparatos repressivos e à instalação de centros clandestinos de prisão e tortura, inclusive em instalações próprias das empresas.



ENCONTRO FORTALECERÁ UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA EM NÍVEL INTERNACIONAL

O 5º Encontro da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas (RSISL) acontecerá nos dias 10 (noite), 11 e 12 de setembro na cidade de São José dos Campos (SP).

Acreditamos que este encontro é um importante momento de debate sobre a luta internacional dos trabalhadores contra o capitalismo e seus efeitos, ataques a direitos, privatizações, demissões, guerras e os imperialismos no mundo, mudanças climáticas e tantos outros temas que afetam o futuro da humanidade.

O encontro será também um espaço de solidariedade e cooperação internacional entre trabalhadores de diferentes categorias e setores profissionais. Também queremos avançar em debates temáticos que já são tradição em nossa Rede, como direitos da mulher/feminismo e luta contra a opressão; autogestão e controle operário; repressão e luta contra a extrema direita; Anticolonialismo, antirracismo e imigração.

O projeto entende que "as características próprias dessas violações configuram cumplicidade com o terrorismo de Estado e, por consequência, com crimes contra a humanidade, com impacto que excede as vítimas diretamente atingidas e que continuam a ter consequências até os dias atuais se não forem compreendidos em suas diversas dimensões."

A Petrobrás é uma das empresas pesquisadas e a FNP e Sindipetros apoiam o projeto.

Na primeira semana de junho reunem-se pesquisadores e representantes dos sindicatos petroleiros e demais entidades para avaliar o relatório recém finalizado.

@PETROLEIROS.SOCIALISTAS

Facebook	Instagram	Lista

Whatsapp e PIX (21) 9 9801 4857



Entenda as diferenças entre as teses

Os mais de 200 delegados eleitos nas dezenas de assembleias de base se preparam para participar do segundo dia do maior congresso da história do nosso sindicato!

Devemos garantir que os delegados conheçam as diferentes opiniões plenamente, evitando a superficialidade, sempre com o objetivo de manter o Sindipetro e a FNP no marco classista e combativo e traçar a estratégia adequada para as disputas com os demais atores.

A relação com o governo, com a direção da empresa e os dublês de sindicalistas gerentes da FUP/CUT deve ser aprofundada e provavelmente irá atravessar as diversas resoluções, posto que este entendimento é determinante para a condução do ACT e do cotidiano das entidades.

Se, por um lado, as urnas impediram a continuidade do pesadelo Bolsonaro, não conseguimos impedir a direção majoritária do movimento sindical e de partidos identificados com a esquerda de desmobilizar e submeter a resistência nas ruas ao calendário eleitoral e fazer amplos setores abraçarem - inclusive acriticamente - a “Frente Amplíssima” que, no governo, vai, necessariamente, se chocar com as demandas da classe trabalhadora. Este apêndice abordará três dos principais aspectos.

As críticas às posições do bloco “Resistência”/ “Unidade Classista” não têm a intenção de desqualificar seus autores ou opiniões, mas revelar as contradições encontradas nestas teses, buscando dar nitidez ao debate e obviamente preservando o direito ao contraditório e nos colocando desde já abertos ao debate do Congresso.

INDEPENDÊNCIA DE VERDADE

O Sindipetro-RJ, em 60 anos de história, foi marcado pela sua combatividade e independência diante de governos e patrões, durante a ditadura e após a redemocratização - da greve de 95 sob o governo do PSDB à de 2015 sob o PT e em 2020 sob Bolsonaro, sem permitir que projetos eleitorais interferissem no enfrentamento.

Sem comprometer sua independência, chamou voto no 2o turno em Lula/Alckmin para impedir a escalada ditatorial, assim como combaterá qualquer ameaça golpista, como a de 08/01, com autonomia para denunciar bolsonaristas no governo e na Petrobrás.

Quando a diretoria anterior perdeu o rumo, voltou a atrelar a entidade ao governo, defendeu o leilão de Libra e colocou com a FUP, a categoria concedeu à nossa chapa uma vitória acachapante.

Sim, este tema está em debate!

O bloco **Resistência/UnidadeClassista** tem afirmado que todos concordamos com a defesa da independência e, portanto, este tema não estaria “em debate”. Nós, pelo contrário, **acreditamos ser fundamental fazer este debate, pois a política deste bloco tende a desviar nosso sindicato da independência de classe.** Senão, vejamos:

→ A tese da *Resistência* defende que o programa da Frente Ampla estaria “a serviço do povo” e que o nosso papel seria “mobilizar os trabalhadores para apoiar o governo” na aplicação deste programa.

→ A orientação política para o sindicato partiria não da defesa intransigente da pauta da categoria e da independência dos patrões, mas da mobilização em defesa do governo (e da gestão) contra uma “direita” indeterminada, até porque Alckmin, Múcio e Waguinho são governo. Claro que, frente a um golpe em andamento, não há dúvidas que o papel do sindicato seria defender a manutenção do governo eleito. Entretanto, transformar um inimigo real em uma ameaça abstrata permanente, para blindar o governo e silenciar críticas e exigências, é um grande desserviço aos trabalhadores.

→ Fazer apologia das mínimas medidas “progressivas” e relativizar, passar pano ou colocar para debaixo do tapete as “impopulares”; agitar uma narrativa desproporcional aos fatos para “esperançar” o trabalhador - estas são práticas típicas do atrelamento disfarçado não devem ser adotadas.

O restabelecimento de uma relação minimamente civilizada com o sindicato e uma meia sola no PPI não mereceriam normalmente um elogio de “muito mais favorável”. Os GTs não tiveram quase nenhum resultado até o momento e algumas reuniões foram até bem frustrantes, mas ok, negociação em andamento. Já a “vitória” do fim do PPI está longe de ser “comida na mesa do povo”, como anunciou a FUP. Reparem na inclusão da palavra “automática”, porque o PPI mesmo não foi sepultado, só sua obrigatoriedade. E só para diesel e gasolina, não para drama do botijão de gás.

→ Ninguém está propondo que o Congresso vote ser “oposição ao governo”. Seria um erro pois o governo acabou de ser eleito e a categoria tem uma grande expectativa nele. Tampouco isso se expressa nas políticas do sindicato. Com Bolsonaro a ampla maioria da categoria tinha claro que era um governo contra os trabalhadores e sua organização e por isso não apenas fomos oposição como lutamos pelo “Fora Bolsonaro”. O que temos que fazer nesse momento é traduzir toda a expectativa da categoria em pautas, bandeiras e plano de ação. Se divergem da opinião da oposição de esquerda, o bloco Resistência/UC precisou criar um espantalho (a tal “oposição incondicional, sistemática, raivosa, irresponsável e que nega oportunidades de diálogo”) como base para levar o movimento sindical a um apoio “não assumido”.

→ Por outro lado, a tese da UC afirma que não devemos apoiar o governo “automaticamente”, portanto não afastando a possibilidade deste atrelamento.

UNIDADE PRA LUTAR

Outra palavra que todos concordam é “unidade”. Mas o que entendemos por unidade pode ser muito diferente. Para nós, unidade é para lutar em torno das bandeiras da categoria. Não serve a unidade se for para paralisar e enrolar a categoria.

Devemos sim buscar articular as direções dos sindicatos e federações e buscar ao máximo construir pautas e movimentos unitários. Mas, para nós, a unidade deve envolver o conjunto da categoria nas discussões e nas decisões. Unidade deve ser construída pela base da categoria, e não apenas em reuniões de cúpula sindical que em muitas ocasiões serviu apenas para enrolar os trabalhadores.

Por exemplo, foi muito positivo termos construído o ato unitário de toda a categoria contra os PEDs assassinos em frente ao Edisen. Essa é a unidade que queremos.

Mas quando a FUP traiu a categoria ao defender a repactuação do Plano Petros, foi contra a isonomia dos novos e mutilou nossa proposta da ACT, não havia possibilidade de unidade. Foi necessário denunciar e lutar contra isso. Assim como foi muito importante construir greves conjuntas, mas quando a FUP se aliou às gerências para desmontar as greves ou quando tentou impedir a categoria de lutar, o debate e a crítica públicas foram fundamentais.

Mas porque a FUP faz isso? Porque está atrelada ao nosso patrão, porque submete a luta dos trabalhadores a um projeto partidário e eleitoral. Pelo menos 4 dirigentes fupistas estão no alto escalão do Sistema, e são incondicionalmente atrelados aos patrões.

A primeira coisa que salta aos olhos na política do Resistência/UC é uma reivindicação abstrata do que chamam de “unidade”, sem considerar e sem explicar como transpor o principal obstáculo à mesma, que é a direção da FUP, e a serviço de que deve estar esta unidade.

Inexplicavelmente, as teses não se referem nenhuma vez a um dos principais entraves do movimento petroleiro. Pode ser que os delegados que estejam pela primeira vez em um congresso petroleiro não tenham conhecimento exato dos fatos ocorridos nos últimos 20 anos, mas este não é o caso da maioria dos signatários das teses citadas. Para eles, o fato de a FUP ter passado para o outro lado do balcão, não influencia em nada.

→ Com “Mesa única de negociação” e “Comando único de mobilização” todos concordam, mas são letra morta se não vêm acompanhadas da análise da realidade, do combate ao papel que a FUP representa e se não apontam para a categoria a necessidade de se contrapor e superar esta direção.

→ A afirmação de dirigentes aqui deste nosso Congresso que “a unidade soma e ajuda na luta” e “não devemos negar a unidade com a base petista” são, por um lado, óbvias e consensuais, mas, por outro, também um espantalho, como se alguém tivesse negando isso, para, na verdade, subordinar nossas iniciativas à direção governista, que, invariavelmente, vai no sentido contrário ao interesse da categoria.

Inúmeras e insistentes propostas de construção de mobilização conjunta foram feitas pela FNP - e, sim, voltaremos a fazê-las! - à FUP, que vem recorrentemente negando ou em algum momento impondo condições e limites: pautas e reuniões de negociação em separado, inexistência de comando unificado, impossibilidade de decidir conjuntamente quando entrar ou sair da greve, dificuldade até para construir um calendário único etc.

Por mais que possa parecer contraditório, temos que encarar o fato de que a unidade nacional dos petroleiros só vai acontecer superando a atual política da direção da FUP/CUT.

Unidade deve ser para lutar pelas bandeiras da categoria e construída junto com a base!

ACT - A HORA É AGORA !

No debate sobre pauta devemos levar em consideração dois elementos:

- A Petrobrás vem obtendo **recordes de receitas e lucros** todos os anos e repassando dividendos bilionários aos acionistas.

- Existe uma **grande expectativa da categoria de que com a saída de Bolsonaro** e a entrada de Lula haverá mudanças reais. Precisamos transformar essa expectativa em energia de mobilização.

→ Precisamos construir uma pauta consequente com isso e que abranja o tamanho da expectativa da categoria, que é quem produz toda essa receita.

→ Afastar a teoria “possibilista” de que devemos propor o que o governo pode conceder.

→ Rejeitar a ideia de que nós sofremos ataques apenas a partir de Temer e, por isso, nossa pauta deve ser recuperar os direitos retirados só de 2016 pra cá.

→ É necessário que se corrijam todas as injustiças garantindo **reparações, reposições, isonomias**.

Nossa pauta deve, ao mesmo tempo, ser abrangente e estruturada em torno de eixos prioritários claros, que toquem nas questões mais de fundo.

Entre elas:

- 1.** Acordo único para todas as empresas do Sistema Petrobrás
- 2.** Que a Petrobrás pague todas suas dívidas com o Plano Petros e cancele os PEDs assassinos;
- 3.** Volta da AMS administrada diretamente pela Petrobrás, que deve custear 100%;
- 4.** Unificação dos Planos de Cargos, garantindo aumentos automáticos por antiguidade em 12, 18 e 24 meses, assim como as promoções entre júnior, pleno, máster e sênior também de forma automática e por antiguidade. Fim da curva forçada.
- 5.** Pela medição efetiva de todas as exposições de saúde dos trabalhadores e reconhecimento das doenças adquiridas no trabalho

- 6.** Combate efetivo aos assédios moral e sexual e a todo tipo de opressão - racismo, machismo, lgbtfobia, capacitismo, etarismo etc.
- 7.** Reposição das perdas dos últimos anos e aumento real na tabela salarial
- 8.** Fim do PPP e PLR máxima legal e igual para todos
- 9.** Fim do banco de horas e pagamento das HEs a 100% no mês subsequente. Pagamento das HETTs pela média de cada unidade, a serem medidas em conjunto com as Cipas e entidades sindicais
- 10.** Extensão do acordo referente a Auxílio transporte, dia do desembarque e turno da manutenção a todas as bases embarcadas. Escala de Turno para CGM, MIEE e TLTs nas plataformas
- 11.** Regime 14x21 também para os terceirizados. Nenhum terceirizado deve poder receber menos que o menor nível salarial da Petrobrás.
- 12.** Defesa da anistia e dos anistiados e anistiandos. Reenquadramento dos anistiados classificados como Auxiliar de Serviços de Apoio
- 13.** Reenquadramento dos anistiados. Pelo fim das perseguições políticas na Petrobrás com a readmissão de Alessandro, Leninha, Ana Paula, Wagner e todos os lutadores demitidos. Pelo cancelamento de todos os processos contra dirigentes sindicais.
- 14.** Garantia de estabilidade no emprego
- 15.** Pelo atendimento das demandas dos concursados: APTT/ pagamento de estadia pela empresa por 60 dias; pagamento do deslocamento e estadia para exames médicos no Rio bancados pela empresa
- 16.** Regulamentação do teletrabalho, incluindo jornada, pagamento dos custos de trabalho residenciais pela empresa e reconhecimento do adoecimento e dos acidentes de trabalho também em ambiente doméstico. Teletrabalho permanente para necessidades especiais: PCDs (incluindo obesidade mórbida); doenças crônicas, lactantes, idosos etc.